

Eu lógico e Eu pessoal em Kant

Manfred Baum

Universidade de Wuppertal

I

No opúsculo publicado em 1762 sob o título: *A Falsa Subtileza das Quatro Figuras do Silogismo*, encontram-se algumas afirmações que Kant continuava a sustentar após 1781, muito embora seus pontos de vista sobre a Lógica e a Metafísica houvessem mudado dramaticamente nesse meio tempo. Assim, ele censura aí os lógicos pelo fato de tratarem a doutrina do conceito, mais precisamente a doutrina dos conceitos claros e completos, antes da doutrina do juízo e da inferência, muito embora só mediante juízos e inferências sejam possíveis tais conceitos (AA II 59). Mas, sobretudo, já está dito aí que o entendimento e a razão consistem na “faculdade de julgar” (*ibid.*). Essa força¹ do juízo é, portanto, a faculdade cognitiva superior inteira, pela qual os homens se distinguem enquanto animais racionais dos seres brutos enquanto animais irracionais (AA II 59 s.). A força do juízo é, por sua parte, “uma força oculta” (AA II 60), que Kant identifica com a “faculdade do sentido interno, isto é, de fazer de suas próprias representações o objecto [*Objekt*]² de seus pensamentos” (*ibid.*), a qual seria uma faculdade, fundamental e inderivável, dos seres racionais enquanto tais (portanto, talvez, não apenas do homem).

1 *Kraft*. Traduzirei este termo, que corresponde no alemão filosófico a *vis* em latim, sempre que possível literalmente pela palavra força. Portanto, *Urteilkraft* = força do juízo. Traduzirei, no entanto, *Einbildungskraft* da maneira costumeira por *imaginação* (nota do tradutor).

2 Nota do tradutor: usarei “objecto” para traduzir *Objekt*, “objeto” para *Gegenstand* e “objetivo” (“objetiva”, “objetivamente”) para *objektiv* (reservando “objetual” para *gegenständlich*, que não aparece neste texto).

Embora o sentido interno e o juízo sejam determinados de maneira nova e diversa na Filosofia transcendental crítica de Kant, já há em 1762 uma conexão entre ambas: a faculdade do sentido interno não é, manifestamente, outra coisa senão a faculdade da consciência, e estar consciente da concordância ou do conflito do *conteúdo* de certas representações significa julgar afirmativa ou negativamente (*ibid.*). A dependência, relativamente à consciência, da *forma* lógica do juízo, que se exprime no dizer “é” e “não é” (cf. AA II 47 s.), e a importância decisiva dessa consciência, que ainda é denominada “sentido interno”, para a distinção do homem e do animal são, portanto, pensamentos fundamentais de Kant que sobreviveram à virada para o criticismo, embora não sem mudanças.

A *Antropologia* (1798) começa com a afirmação de que a capacidade do homem de “ter em sua representação o Eu” eleva-o “infinitamente acima de todos os outros seres vivos sobre a terra” (AA VII 127). Essa distinção de posição hierárquica é logo a seguir interpretada por Kant nos conceitos jurídicos de pessoa e coisa, mas está baseada inicialmente na faculdade de poder se representar como um Eu, a qual falta aos animais irracionais. Nessa representação do Eu exprime-se a faculdade de não somente sentir-se, mas pensar-se a si mesmo. O entendimento, enquanto faculdade universal de pensar, também está, portanto, na base do pensamento “Eu” que designa o ser pensante enquanto pensado por ele mesmo. O Eu é, pois, a expressão da autoconsciência³ intelectual de um ser que tem entendimento e que pode pensar não só suas representações e pensamentos, mas também aquele que tem essas representações e pensamentos, o assim chamado “Mesmo” [*Selbst*].⁴ Se a consciência é a representação de que uma outra representação está em mim (cf. AA IX 33), da qual posso dizer, pois, que estou consciente dela, então ela já contém sempre o “Eu” como a representação daquele que está consciente de suas representações e pensamentos. Portanto, embora a autoconsciência pareça ser apenas uma variedade especial da consciência, a consciência pressupõe logicamente a autoconsciência, a aperreção originária, e isso vale em primeiro lugar para o pensar do entendimento e para o próprio entendimento enquanto sujeito e objecto da autoconsciência intelectual. Na *Crítica da Razão Pura* ficará claro que a

autoconsciência não só acompanha a atividade do entendimento, mas está na base do entendimento, quanto à sua possibilidade, enquanto faculdade de representar discursiva, ou faculdade de pensar: a possibilidade dos conceitos e juízos está baseada na possibilidade da apercepção.

Na *Antropologia* (que considera a autoconsciência como um *factum* dado, ainda que inexplicável, caracterizando o homem enquanto tal), a autoconsciência vê-se descrita logo a seguir de uma maneira que permite reconhecer a dependência de algumas particularidades da compreensão kantiana do Eu relativamente ao *Essay* de Locke (II 27). Quem quer que se pense (e se exprima) como um Eu é uma pessoa à qual pertence, *per definitionem*, ser “em todas as mudanças que possam lhe ocorrer, uma e a mesma pessoa” (AA VII 127). Essa identidade da pessoa, que atravessa os tempos decorridos do passado até o presente a cada momento, não é a identidade de uma substância permanente, seja corpórea, seja espiritual, mas, ao contrário, subsiste, como diz Kant expressamente, “*em virtude* (*vermöge*) da unidade da consciência” (*ibid.*). A consciência não é, enquanto consciência da identidade, nada que apenas constate ulteriormente a identidade como algo dado, mas, ao contrário, a sua unidade – que é, como ficará claro, analítica e sintética – fundamenta a identidade da pessoa, a qual nada mais deve significar além daquilo que está consciente de si como o mesmo através de todas as mudanças que têm lugar no tempo. A consciência da unidade ou da identidade, [consciência esta que está] contida ela própria na autoconsciência, é o que faz da pessoa uma pessoa (no sentido psicológico da palavra); ser uma pessoa quer dizer ser consciente de si, através dos tempos de suas mudanças, *como o mesmo* sujeito, sem que essa consciência esteja fundada em uma coisa qualquer. O Eu enquanto objeto⁵ da percepção e experiência internas é acessível a si mesmo pelo sentido interno, no qual a totalidade de seus estados representativos está dada sucessivamente, a qual é

3 Nota do tradutor: sempre que possível traduzirei *Selbstbewußtsein* por “autoconsciência”, de preferência a “consciência de si”.

4 Nota do tradutor: aqui também deixarei de lado a tradução usual de *Selbst* por “Eu” em proveito da tradução literal pelo termo “Mesmo”. Reservarei “Eu” para *Ich*, substantivado.

5 *Gegenstand*. Cf. nota 2 (nota do tradutor).

transformada segundo regras do entendimento pensadas *a priori* em conhecimento psicológico respect. antropológico. Em sua base, portanto, está a apercepção empírica, por meio da qual nós nos atribuímos a história das mudanças do estado interno enquanto nossas. Portanto, a consciência empírica pressupõe a consciência pura, intelectual, de nosso entendimento e de seus atos de pensar. O Eu enquanto sujeito do pensar e o Eu enquanto objecto da percepção não significam, pois, um Eu dúplice, mas, sim, uma dúplice consideração [*Hinsicht*] da mesma pessoa, em cujo conceito a identidade do homem está pensada, não como a identidade de um ser vivo, mas como a de um ser capaz de uma dupla autoconsciência. A alma é, com efeito, incognoscível enquanto coisa em si mesma, mas, enquanto objeto da antropologia, cabe-lhe uma identidade pessoal, que é afirmada por Kant independentemente das operações lockeanas da memória (da "*recollection*"), com base em uma nova argumentação: "A questão se, nas diversas mudanças internas do ânimo (da sua memória ou dos princípios por ele aceitos), o homem, quando ele está consciente dessas mudanças, ainda pode dizer que ele é *exatamente o mesmo* (quanto à alma), é uma questão disparatada; pois ele só pode estar consciente dessas mudanças representando-se nos diversos estados como um e o mesmo *sujeito*, e o Eu do homem é, na verdade, dúplice segundo a forma (a maneira de representar), mas não segundo a matéria (o conteúdo)." (AA VII 134) Na medida, portanto, em que o homem é consciente de suas mudanças internas e, exatamente por isso, de que ele o é [*daß er es ist*], ele pressupõe o Mesmo estável e permanente da apercepção, sem o qual não lhe seria possível representar-se *como* tendo mudado. Mas, para essa relação condicional, Kant não recorre a um substrato permanente do representar, mas tão-somente ao fato de que o homem se "*representa como* um e o mesmo sujeito" e tem de se representar assim, *se* ele quer se representar como tendo mudado. Como em Locke, essa consciência da identidade própria não contém nenhuma consciência de uma base real das mudanças no sentido interno, em particular nenhuma consciência de uma substância da alma.

II

Na *Antropologia*, Kant lança ocasionalmente um olhar de esguelha para a Lógica. Assim, por exemplo, ele aí diz: "Na Lógica... experimentamo-nos a nós mesmos ... segundo aquilo que a consciência intelectual fornece." (AA XII 134) Isso certamente não é muito, pois o Eu enquanto sujeito do pensar, do qual trata a Lógica, significa tão-somente a apercepção pura livre de experiência, a saber, o Eu reflexionante que subjaz à formação de conceitos, "do qual nada mais há a dizer, mas, sim, que⁶ é uma representação inteiramente simples" (*ibid.*). Em outra passagem diz-se, de uma maneira que já é mais esclarecedora, acerca da "faculdade cognitiva intelectual", que ela tem o caráter "da espontaneidade da apercepção", "isto é, da pura consciência da ação, [ação esta] que constitui o pensar e pertence à Lógica (um sistema das regras do entendimento)" (AA VII 141). A apercepção pura é, portanto, a autoconsciência de ações espontâneas do entendimento, que são executadas segundo certas regras do pensar que se devem denominar lógicas. A consciência no conhecimento dos objetos pode, finalmente, ser dividida na consciência intuitiva do múltiplo dado para o conhecimento e a consciência discursiva (também denominada "apercepção discursiva": *Vorl.* 277), a qual, enquanto consciência lógica dando de antemão as regras de combinação do múltiplo, precede a consciência intuitiva. Essa "apercepção pura da ação de seu ânimo" é algo de simples: "O Eu da reflexão não traz dentro de si nenhum múltiplo e é sempre, em todos os juízos, um e o mesmo, porque ele contém meramente o aspecto formal [*das Förmliche*] da consciência." (AA VII 141 s.) O Eu idêntico, qualitativamente simples e numericamente idêntico, é, por conseguinte, a consciência "Eu penso", também contida em todos os juízos, por exemplo: "Eu penso 'S é P'." Na reflexão (*reflexio*)⁷ que precede o juízo os conceitos se tornam conceitos comparados, aos quais subjaz o "Eu penso"

6 Nota do tradutor: no original: "*sondern das eine ganz einfache Vorstellung ist*", que significa literalmente: "senão o qual é uma representação inteiramente simples". Como a sintaxe dessa expressão não parece fazer muito sentido (tanto em alemão quanto em português), prefiro entender nela o uso do pronome relativo *das* como um *lapsus calami* para a conjunção integrante *daß*.

7 No original: "*Überlegung (reflexio)*" (nota do tradutor).

como o seu veículo comum: “Eu penso A”, “Eu penso B”. Essa autoconsciência é, pois, “meramente uma consciência lógica (pura)” (AA VII 142); o Eu pertencente a ela é denominado na *Preisschrift* (1793 ss.) o “Eu lógico”. Nos suplementos do manuscrito kantiano da *Antropologia* lemos o seguinte a esse respeito: “O Eu em todo juízo não é uma intuição nem um conceito e de modo algum uma determinação de um objecto qualquer que seja”, portanto tampouco do sujeito enquanto objecto, “mas, sim, um ato do entendimento do sujeito determinante em geral e a consciência de si Mesmo [*seiner Selbst*], a apercepção pura mesma, pertencente por conseguinte à Lógica apenas (sem qualquer matéria e conteúdo) ... [Essa autoconsciência] é uma representação simplicíssima [*ganz einfache*] do sujeito no juízo em geral, do qual a gente sabe tudo, se a gente tão-somente o pensa.” (Vorl. 278)

Segundo essas indicações, o Eu da apercepção pura “pertence tão-somente à Lógica”, porque é ele que torna possíveis seus conceitos e juízos, não sendo ele próprio tema da Lógica, mas objecto de uma investigação transcendental da possibilidade dela. Visto que não é intuição nem conceito, nele o sujeito que julga não é representado enquanto objecto; portanto, ele não é de modo algum uma determinação, qualquer que seja, da alma como um ser pensante. Antes pelo contrário, ele designa de modo geral o ato do entendimento de quem julga como um ato de um sujeito determinante, ato este pelo qual todo juízo, como “S é P”, é efetuado enquanto ato da determinação de um objecto em geral, portanto também do sujeito pensado como objecto. Ele próprio é indeterminado quanto ao conteúdo, vazio e indeterminável, visto que todas as suas determinações pensáveis fariam dele um conceito determinado ou uma intuição determinada, ao passo que ele, enquanto “simples e relacionante (*verbindend*)” (Vorl. 279), pertence à forma de um juízo em geral. Por isso, ele tampouco pode vir ainda a ser determinado mediante predicados, mas só pode ser pensado como o determinante vazio. É só quando se vê pensado como o sujeito incondicionado último de todo representar e pensar, isto é, na idéia de um substancial do ser pensante, como a própria alma pensante sem todos os acidentes a ela inerentes, como acontece na Dialética Transcendental da *Crítica da Razão Pura*, que ele é representado como objecto. Essa realização e hipostasiação levam, segundo Kant, a pseudo-conhecimentos.

Na *Preisschrift*,⁸ o Eu, enquanto sujeito pensante que tem uma consciência de si mesmo, é apresentado como um aparentemente “dúplice Eu”: “o Eu enquanto sujeito e o Eu enquanto objecto” (AA XX 270), sendo que o Eu-objecto é compreendido como objecto da auto-intuição empírica.⁹ “Como é possível que Eu que penso possa ser para mim mesmo um objecto (da intuição) e assim distinguir-me de mim mesmo, é simplesmente impossível explicar, embora seja um *factum* indubitável.” (*ibid.*) Esse *factum* é entendido aqui como a indicação de uma “faculdade tão sublimemente elevada [*so weit erhaben*], acima de toda intuição sensível”, que “ele tem por consequência a segregação de todos os seres brutos, aos quais nenhuma razão temos de atribuir a faculdade de dizer Eu para si mesmos” (*ibid.*). A faculdade de ser consciente de si mesmo e de pensar-se e referir-se a si mesmo como Eu não é tomada aqui como faculdade de identificar-se consigo mesmo, mas de pensar-se a si mesmo pelo entendimento, com o que, se isso acontece independentemente de toda auto-intuição empírica, é espontaneamente coproduzido no pensar puro de si mesmo o pensamento “Eu”, que designa o pensante. Essa apercepção pura é aqui expressamente designada como uma faculdade que é “o fundamento da possibilidade de um entendimento” (*ibid.*). O entendimento, pois, não só tem a capacidade de acompanhar seus atos com a consciência “Eu penso”, mas seus conceitos e juízos (os conceitos devendo ser entendidos como predicados de juízos possíveis) são, enquanto representações feitas por ele mesmo, condicionados quanto à sua possibilidade pela consciência “Eu penso”. Assim, o “Eu lógico” (*ibid.*), o sujeito da apercepção, é pensado através de uma representação *a priori* que “indica”, é verdade, o sujeito “como ele é em si mesmo” (cf. AA XX 340) e, na verdade,

8 Expressão abreviada do título: “Über die von der Königl. Akademie der Wissenschaften zu Berlin für das Jahr 1791 ausgesetzte Preisfrage: Welches sind die wirklichen Fortschritte, die die Metaphysik seit Leibnizens und Wolf's Zeiten in Deutschland gemacht hat?” [“Sobre a questão do prêmio posta para o ano de 1791 pela Real Academia de Ciências em Berlim: Quais são os reais progressos que a Metafísica fez na Alemanha desde os tempos de Leibniz e Wolff], ed. em 1804 por F. D. Rink, reimpresso no vol. XX da edição da Academia (nota do tradutor).

9 Nota do tradutor: do mesmo modo que prefiro traduzir “*Selbstbewußtsein*” por “autoconsciência”, de preferência a “consciência de si”, também traduzirei “*Selbstanschauung*” por “auto-intuição”, de preferência a “intuição de si”.

como “espontaneidade pura” (AA XX 271), mas essa mera indicação de uma faculdade elevada [*erhaben*] de nenhum modo pode ainda vir a ser determinada teoricamente no sentido do conceito de um objeto e transformada em um “conhecimento de sua natureza” (*ibid.* cf. AA XX 338). A unidade da consciência, que parece basear-se na unidade de um sujeito pensante, é tão-somente uma unidade “que é exigida para todo juízo” (AA XX 340); ela é, mais precisamente, a unidade “da consciência em uma síntese *a priori*” (*ibid.*), tal como é pensada em todo juízo e nas categorias. Mas ela não é a consciência de uma unidade real e um conceito determinado do ser pensante ele próprio. O Eu lógico da apercepção pura é, portanto, na verdade, o princípio de todos os juízos e, assim, *formaliter*, de todo o nosso conhecimento; ele próprio, porém, é pensado por Kant como um sujeito necessariamente incognoscível, cuja natureza de modo algum pode servir para explicar o pensar e conhecer do entendimento discursivo. Para isso serve, antes pelo contrário, a análise kantiana da autoconsciência na chamada dedução transcendental das categorias.

Kant parte do fato de que há um entendimento que pode se tornar consciente de suas representações, as quais ou bem se originam dele mesmo quanto à forma ou mesmo quanto ao seu conteúdo, ou bem lhe são dadas como intuições sensíveis (puras ou empíricas). Além disso está pressuposto que, para o conhecimento de quaisquer objetos, a intuição deles tem de ser ligada a conceitos dados deles, e isso de tal sorte que aquela seja subsumida sob estes. A fundamentação da possibilidade do conhecimento *a priori* mediante categorias, que é a tarefa da dedução, está baseada então na necessária possibilidade da autoconsciência como uma consciência da identidade da consciência do “Eu penso” na consciência de todas as minhas representações. A prova disso consiste na indicação do caráter analítico e mesmo tautológico da proposição que “o Eu penso deve poder acompanhar todas as minhas representações.” (cf. B 131) A consciência “Eu penso” é designada também como a “unidade analítica da apercepção”. Todas as minhas representações têm de poder ser acompanhadas pela mesma consciência “Eu penso” para ser o que são: representações que só são possíveis como “minhas” representações pelo fato de que estou consciente delas como minhas. Pois isso significa

precisamente que eu posso, ao ter consciência delas, estar consciente ao mesmo tempo de mim como aquele que tem todas elas.

A fundamentação que Kant dá para a necessária possibilidade da unidade analítica da apercepção na consciência de minhas representações está, em correlação com isso, baseada numa dúplici *reductio ad absurdum*. Ele reflete sobre as duas únicas possibilidades de supressão da mencionada possibilidade, a fim de excluí-las. Se a consciência do “Eu penso” não pode acompanhar todas as minhas representações, isso resulta ou bem do fato de que elas não se deixam pensar objetivamente, isto é, por todo entendimento possível e, por isso também, do fato de que não se deixam acompanhar pela consciência desse pensar. Tal seria o caso se essas representações, tomadas como conceitos, fossem contraditórias internamente (*in sich*)¹⁰; então, *formaliter* ou em si (*an sich*), elas nada seriam. Ou elas nada seriam para mim enquanto representações inconscientes e não susceptíveis de se tornarem conscientes. O que não pode ser acompanhado da consciência “Eu penso” não está disponível então *materialiter* para todo conhecimento possível por mim [*durch mich*]. Em todo o caso, essas representações não seriam então, contra a pressuposição, “minhas representações”, pois isso elas só podem ser para mim.

Mas Kant, em sua argumentação, vai além dessas explicações analíticas, fundamentando sua proposição inicial da seguinte maneira: “pois, de outro modo, algo seria representado em mim que de modo algum poderia ser pensado.” (B 131 s.) Não se trata, pois, meramente, do fato de que minhas representações pertencem a mim. Mas se trata de conhecer objetos (“algo”) das representações, que antes de serem pensados por mim só podem ser intuições sensíveis, mediante conceitos precisamente desses objetos. Sua possibilidade e, assim, toda possibilidade de conhecimento, seria suprimida, se esses objetos, por razões objetivas ou subjetivas, não pudessem ser pensados.

10 Nota do tradutor: conceitos são contraditórios “*in sich*”, se as notas neles contidas se contradizem mutuamente. A tradução literal de *in sich* é “em si”, que evitei porque o uso consagrou “em si” como tradução de *an sich*. Na verdade, porém, esta última expressão significa antes “por si” ou “de per si” (por oposição a relativamente a outra coisa). Assim, a expressão “*das Ding an sich*” significa a coisa considerada por si mesma, por oposição à mesma coisa considerada como objeto de conhecimento, isto é, relativamente à maneira pela qual é conhecida.

Sobre a necessária possibilidade da autoconsciência está baseada, portanto, também a possibilidade e necessidade do conhecimento mediante conceitos e mediante os juízos que os contêm, isto é, do entendimento enquanto faculdade de pensar e conhecer.

Isso, Kant vai mostrá-lo agora em vários passos. Tenho consciência de todas as minhas representações pelo fato de que elas são representadas como pertencentes a uma autoconsciência universal, sem a qual eu não poderia pensá-las a todas de um extremo ao outro [*durchgängig*]¹¹ como pertencentes a mim. Isso significa para a totalidade de minhas representações que elas “estão juntas”, ou estão em uma “relação originária” [B 133 s.] entre si, que é instituída por sua relação em comum com o “Eu penso”. É pelo fato de pertencerem à mesma autoconsciência que minhas representações estão, pois, *a priori* ligadas entre si. Uma tal unidade ou ligação sintética só é possível pela consciência dessa síntese, e toda consciência de um múltiplo enquanto ligado está baseada na consciência dessa síntese, a saber, de um ligar originário por mim mesmo. Essa tese, Kant fundamenta-a refletindo sobre o fato de que a consciência de um extremo a outro (*durchgängig*) da identidade do Eu, que funda essa unidade sintética do múltiplo da intuição, está condicionada de sua parte pela consciência de um ato de ligação exercido em cada representação singular consciente, sem a qual eu não poderia representar afinal a identidade do sujeito que liga. Portanto, é necessário uma síntese de representações conscientes e a consciência dela como um ato por mim efetuado, se deve haver uma consciência da identidade disso que está consciente de todas essas representações. “É só pelo fato de que posso ligar em uma consciência um múltiplo de representações dadas que é possível que eu me represente a identidade da consciência nessas representações mesmas, isto é, a unidade analítica da apercepção só é possível sob a pressuposição de uma [unidade da apercepção] qualquer sintética.” [B 133] É verdade que toda consciência de representação contém conceptualmente a mesma autoconsciência, mas a unidade numérica, a unidade dessa apercepção ela mesma, é dependente por sua vez da autoconsciência do meu ato de ligar representações distributivamente conscientes, “pois de outro modo eu teria um Mesmo tão variegado quantas são as representações das quais estou consciente.” (B 134)

Ora, até aqui Kant só mostrou a dependência da unidade analítica da apercepção de uma unidade sintética *qualquer* da mesma. As representações ligadas, cuja síntese pode estar consciente em mim, também podem ser intuições unidas em vista da [*zur*] unidade de uma ficção, para a qual não posso reclamar nenhuma objetividade (*Objektivität*). Mas, sobretudo, a ligação de representações em vista da [*zur*] unidade sintética do conteúdo de um conceito não é nada que possa garantir a realidade objetiva desses conceitos, isto é, a possibilidade real de seus objetos. Os conceitos podem basear-se, pois, quanto ao seu conteúdo, numa síntese e na consciência dela, e podem ser em cada caso, quanto à sua forma, unidades analíticas determinadas da consciência de representações pressupondo, por sua vez, ligação com outras representações. Nem por isso, contudo, essas ligações representacionais são conhecimentos de objectos, e elas também podem estar sujeitas ao arbítrio subjetivo. A síntese requerida para a identidade da autoconsciência de um múltiplo da intuição é, pois, uma síntese necessária, *a priori* consciente, de minhas representações, mas, enquanto essa unidade originariamente sintética da apercepção, ela também é preenchida e representada pela consciência de uma ligação qualquer de representações efetuada por mim, quer essa ligação tenha significado objetivo ou não. Conhecimentos, contudo, são ligações de representações dadas que estão numa relação determinada com um objecto, a saber, na relação que é determinada pelo objecto e que está, assim, subtraída ao arbítrio no ato de ligar. “Objecto, porém, é aquilo em cujo conceito está unificado o múltiplo de uma intuição dada” (B 137). Um objecto é, portanto, *per*

11 Nota do tradutor: a tradução usual para “*durchgängig*” é “completo”, que também é usado para traduzir “*vollständig*”. Para evitar equivocidade, prefiro reservar “completo” para “*vollständig*” e usar (pelo menos quando se trata da “autoconsciência”) uma expressão mais próxima do significado literal de “*durchgängig*”, a saber, indo através, atravessando todos os elementos de um conjunto. “Perpassante” seria uma excelente tradução quando “*durchgängig*” é usado como adjetivo, mas as expressões “perpassantemente” ou “de maneira perpassante” soam-me inadequadas como traduções do usual adverbial de “*durchgängig*”. Por isso, prefiro expressões como “de um extremo a outro” ou mesmo, apesar de seu coloquialismo, “de cabo a rabo”, porque conotam a mesma idéia e podem ser usadas tanto adjetiva quanto adverbialmente. Assim, a “consciência de um extremo a outro da identidade do Eu” é a consciência que se estende ao longo da sucessão de todas as suas representações. Para “*durchgängige Bestimmung*” (de um conceito) talvez se deva usar “determinação omnimoda”, como faz Mario Caimi, seguindo o uso latino da expressão em Wolff.

definitionem, o objeto, dado na intuição, de um conceito. Se o objecto determina a ligação de representações, então a unidade sintética da apercepção, conforme a ele, não é de modo algum uma unidade *meramente* subjetiva, mas, sim, ao mesmo tempo, uma unidade objetiva, isto é, uma unidade tal que tem de ser efetuada por todo entendimento discursivo enquanto tal, portanto um *conhecimento* do objecto (quanto à forma *lógica*). Inversamente, só a ligação de representações contendo uma tal unidade sintética da apercepção enquanto forma lógica, que tem de ser pensada por todo entendimento discursivo considerado tão-somente enquanto tal, é conceito de um objecto. “A unidade sintética da consciência é, portanto, uma condição objetiva de todo conhecimento, da qual não só preciso para conhecer um objecto, mas sob a qual toda intuição tem de estar para se tornar objecto para mim.” (B 138) A unidade sintética objetiva da apercepção é, por conseguinte, em um duplo sentido objetiva. Ela fundamenta enquanto unidade transcendental aquela ligação de representações para a qual apenas pode haver objectos: um conceito no qual o múltiplo de uma intuição dada está reunido. E ela é objetiva no sentido de que contém, numa intersubjetividade apriorica, os modos de ligação necessários enquanto tais para todo entendimento possível que precisa ligar suas representações para chegar à consciência de sua identidade (a assim chamada unidade analítica da apercepção). Mas as ligações de representações nas quais conceitos (isto é, representações enquanto unidades analíticas da consciência) estão ligados de tal maneira que têm em conjunto aquela relação ao objecto que denominamos verdade ou falsidade, são juízos; é só neles que o conhecimento pode ter lugar como uso objetivo dos conceitos. Os juízos são, pois, unidades sintéticas da consciência de conceitos, unidades tais que sua objetividade está baseada no fato de que estão determinadas quanto à sua forma apriorica pela unidade objetiva da apercepção. “A forma lógica de todos os juízos consiste na unidade objetiva da apercepção dos conceitos aí contidos.” (B 140) Funções particulares da unidade na síntese dos conceitos, as assim chamadas formas do juízo, só têm, portanto, objetividade, quando são derivadas daquilo que pertence à autoconsciência de todo entendimento discursivo enquanto tal. Portanto, se todo Eu pensante se pensa como o sujeito de seus pensamentos, se esse Eu é algo de incompuesto ou simples, se ele se

pensa como aquilo que é um e o mesmo em todos os seus pensamentos e – finalmente – como aquilo relacionado em seus pensamentos a um pensado, então os juízos que ele pensa como ligações de conceitos terão de exhibir as distinções de “relação”, “qualidade”, “quantidade” e “modalidade”. Só essas relações de conceitos são *a priori* objetivas, porque obrigatórias para todo entendimento discursivo. Kant exprime-o da seguinte maneira: os “princípios da determinação objetiva de todas representações, na medida em que daí pode resultar conhecimento, [são princípios] derivados todos eles do princípio da unidade transcendental da apercepção.” (B 142) Desse modo, o Eu lógico se vê reconhecido enquanto princípio de todas as funções do juízo e dos conceitos a elas correspondentes do objeto das intuições sensíveis (ou, em todo o caso, não-intelectuais), [isto é,] das categorias.

III

No terceiro Paralogismo da Psicologia racional (o paralogismo da personalidade, na primeira edição da *Crítica*), infere-se da consciência da identidade numérica de si mesmo em momentos diferentes do tempo que a alma consciente de si mesma é uma pessoa. A autoconsciência do sujeito pensante está referida aqui ao fato fundamental de que a multiplicidade de minhas representações e pensamentos não contém uma mera diversidade, mas, sim, consiste em uma sucessão¹² temporal de sua dadidade [*Gegebenheit*]. A personalidade da alma é, então, segundo Kant, uma implicação trivial da “autoconsciência no tempo.” (A 362) A sucessão, dada no sentido interno, de meus estados representacionais é referida aí ao Mesmo numericamente idêntico em todo tempo, e isso de tal maneira que tenho de me pensar em qualquer tempo e, por isso, também em todo o tempo da história de minhas representações como idêntico a mim mesmo, na medida em que estou

12 Nota do tradutor: embora a tradução literal de “*Folge*” em português seja “seqüência”, usarei o termo “sucessão” (que corresponde antes a *Nachfolge*), visto que o próprio Kant usa “*successio*” em latim para designar o que chama de “*Folge*” em alemão.

consciente de mim mesmo. “A identidade da pessoa será, pois, infalivelmente encontrada em minha própria consciência.” (*ibid.*) Esse Eu, podemos denominá-lo o Eu pessoal. Mas essa identidade, que está necessariamente ligada à minha autoconsciência, é apenas a identidade lógica do Eu e não a identidade numérica de um sujeito como uma coisa [*Sache*] que poderia ser objeto de um conhecimento. O Eu que pode acompanhar todas as minhas representações é “com total identidade” (A 363) o mesmo a cada momento, mas daí não se segue que o sujeito seja enquanto ser pensante uma substância permanente. Sem recorrer ao pressuposto, em sua teoria do conhecimento, da diferença radical entre a intuição do permanente e o conceito da substância, Kant argumenta em favor da não-identidade do Eu lógico e do sujeito real, recorrendo a um exemplo combinado, que trai sua familiaridade com o capítulo de Locke *On Identity and Diversity*: “No sujeito consciente de si mesmo poderia ter ocorrido, apesar da identidade lógica do Eu, uma troca tal (...) que não permitisse manter a identidade do mesmo [a saber, do sujeito], embora permita atribuir-lhe sempre ainda o Eu homônimo, o qual poderia conservar o pensamento do sujeito antecedente e assim transmiti-lo ao [sujeito] seguinte.” (*ibid.*) Isso lembra sem dúvida os exemplos da metempsicose, dados por Locke, para a diversidade e identidade da identidade pessoal e da identidade dos seres vivos, que são os seus portadores. Em consonância com isso, não está decidido se o “Eu (um mero pensamento)” não poderia fluir do mesmo modo que “os demais pensamentos” que ele encadeia (cf. A 364). Mas Kant parece conhecer também a contra-argumentação de Leibniz e recusá-la: “Se pudéssemos”, diz ele, “pressupor a substancialidade da alma, daí não se seguiria ainda, é verdade, a perduração da consciência, mas, sim, a possibilidade de uma consciência contínua em um sujeito permanente, o que já é suficiente para a personalidade, que não cessa ela mesma imediatamente pelo fato de que o seu efeito venha a ser interrompido por um certo tempo. Mas essa persistência não nos é dada por nada anteriormente à identidade numérica do nosso Mesmo, a qual inferimos da apercepção idêntica, (...) mas é daí que se vê *primeiro inferida*.” (A 365) Com isso, porém, fica excluído todo conceito de substancialidade que tenha alguma utilidade empírica. O pressuposto leibniziano da substancialidade da

alma, que, nele, não está empiricamente fundamentado, tornaria certamente insuperáveis seus argumentos contra o conceito de pessoa lockeano, que são tomados à descontinuidade da consciência e da autoconsciência factuais; mas como o seu pressuposto não tem fundamento e não pode ser fundamentado, esses argumentos são tão frágeis quanto esse pressuposto.

Naturalmente, com a prova da impossibilidade teórica de dar uma prova da personalidade da alma, ainda não está provado que esta seja impossível. Antes, pelo contrário, o conceito da personalidade pode continuar a ser empregado com sentido, se com ele se designa meramente aquela unidade do sujeito que consiste na conexão de um extremo a outro [*durchgängig*] de suas determinações pela apercepção e, nesse significado, ele é, segundo Kant, “também necessário e suficiente para o uso prático” (*ibid.*).

Esse conceito prático da pessoa não é deixado solto por Kant ao lado do conceito lógico e psicológico de pessoa. Segundo a *Antropologia*, o homem é pessoa pela autoconsciência pura e empírica e, assim, “um ser inteiramente diverso, por sua posição hierárquica e dignidade, de coisas tais como os animais desprovidos de razão, dos quais a gente pode pôr e dispor à vontade.” (AA VII 127) Essa coesão da personalidade moral e lógico/psicológica está fundamentada no simples fato de que todo agir do homem ocorre segundo fins da razão, isto é, segundo conceitos cuja possibilidade a autoconsciência do entendimento tem como condição necessária. Os conceitos que subjazem à realização de seu objecto pelo querer e agir são conceitos de fins, e “a faculdade de se pôr em geral qualquer fim é o característico da humanidade (diferentemente da animalidade).” (AA VII 392) As ações que ocorrem segundo fins postos por nós mesmos são nessa medida livres, isto é, imputáveis ao homem enquanto causa livre. Então, a pessoa é, em sentido prático, “aquele sujeito cujas ações são passíveis de uma imputação”, e a personalidade moral não é [...] outra coisa senão a liberdade de um ser racional sob leis morais.” (AA VII 223) Visto que as leis morais, diferentemente das leis da natureza, são leis dadas a si mesmo, segue-se então que “uma pessoa não está submetida a outras leis senão àquelas que ela (...) dá a si mesma” (*ibid.*). Isso vale para a Ética e o Direito.

Kant distingue na Ética o conceito da personalidade da personalidade em sentido geral. O homem é pessoa, então, não meramente como um

sujeito agente que tem personalidade moral, mas, sim, na medida em que está submetido à sua própria personalidade. A personalidade é aqui origem e raiz do dever e de todos os deveres enquanto algo que “eleva o homem acima de si mesmo (como parte do mundo sensível), que o conecta a uma ordem das coisas que só o entendimento pode pensar e que, ao mesmo tempo, tem sob si o mundo sensível inteiro e, juntamente com ele, a existência empiricamente determinável do homem no tempo [...]” (AA V 86 s.) Essa ordem inteligível, da qual o homem pode pensar-se como uma parte, nada mais é do que uma hipótese da razão teórica para se explicar, por uma *ratio essendi*, a origem do *factum* da razão pura prática, a consciência da lei moral suprema. A essa doutrina dos dois mundos subjaz, mais exatamente, a intenção de explicar o sentimento do respeito pela lei moral, mediante o qual apenas ele pode ser um *principium executionis* das ações humanas. Esse respeito refere-se, portanto, propriamente apenas a uma idéia, a saber, a idéia de mim mesmo, contida na lei moral, como um legislador para o querer e agir de todos os seres racionais, sendo que a possibilidade de uma tal legislação se torna, em conformidade com ela, o critério da aceitabilidade de uma máxima e da permissibilidade do agir. Nesse contexto, o homem é pensado como parte do mundo experimentável, e a vontade como uma das causas naturais, cujas ações se encontram sob a lei da causalidade, segundo a qual todos as ocorrências no tempo estão predestinadas por causas antecedentes; ao mesmo tempo, porém, como um ente dotado de liberdade negativa e positiva. Isso é expresso pelo conceito da personalidade, que significa por um lado, negativamente, “liberdade e independência do que há de mecânico em toda a natureza” (AA V 87), mas, por outro lado e positivamente, a faculdade de agir segundo “leis práticas puras dadas por sua própria razão” (*ibid.*).

Essa liberdade positiva ou autonomia cabe a uma pessoa na medida em que é pensada [como] subordinada à sua própria personalidade, como é o caso de modo geral em um mundo sensível relativamente ao mundo inteligível. A pessoa, enquanto sujeito da lei moral, tem personalidade na medida em que sua razão pura prática lhe prescreve essa lei da possível conformidade de suas máximas a leis enquanto lei suprema, como convém ao conceito da autonomia.

A vontade da pessoa, em seus fins e máximas, que se dirigem a outras pessoas ou a si mesma, está restringida pela lei moral suprema a uma condição que é o único conteúdo dessa lei formal. Essa restrição diz que a vontade só deve adotar as máximas que são concordantes com a autonomia que pertence a todo ser racional enquanto tal. Se uma pessoa age perante outra pessoa, então têm de ser omitidas todas as ações e intenções que não sejam “possíveis segundo uma lei que possa surgir da vontade do próprio sujeito afetado.” (AA V 87) Os seres racionais enquanto tais estão então sob a lei do respeito recíproco de sua autonomia. Isso vale também para a vontade divina. Ela age segundo a mesma lei perante os seres racionais no mundo e está, nessa medida, restringida à condição de não ferir a personalidade dessas criaturas suas, portanto, a autonomia delas. Só aquilo que, na relação dos seres racionais, pode ser pensado como possível por todos para todos segundo uma lei inerente a todos, é moralmente bom no sentido do permitido.

Concluo apontando para uma analogia digna de nota na doutrina kantiana da legislação do entendimento puro para a natureza e da razão pura para o querer e agir. Para o entendimento só é objetivo na representação dos objetos aquilo que, segundo uma lei universal, é para todo outro entendimento, do mesmo modo como ele próprio o conhece. Essa concordância *a priori* com todos os outros sujeitos dotados de entendimento só é possível pelo fato de que os critérios do conhecimento provêm daquilo que necessariamente pertence a todo entendimento enquanto tal, [a saber] as maneiras da síntese contidas em sua autoconsciência. A razão prática contém factualmente a lei da restrição das máximas subjetivas à condição da compatibilidade com um agir de outros seres racionais que seja possível segundo sua legislação racional relativamente ao agir para consigo mesmo e outros. Até aí subsiste a analogia da legislação teórica e prática. Mas não há nenhuma autoconsciência da razão pura prática, a partir da qual seus momentos próprios poderiam ser obtidos como princípios da licitude moral. Aqui só há a *idea innata* da lei moral.

Tradução de Guido A. de Almeida.

Abstract

Im ersten Teil wird zunächst das "logische Ich" schon in Kants vorkritischer Philosophie nachgewiesen. In der Phase der kritischen Philosophie ist "Ich" der Ausdruck des intellektuellen Selbstbewußtseins eines Wesens, das Verstand hat, der dasjenige bezeichnet, das sich seiner Vorstellungen und Gedanken bewußt ist. Das Selbstbewußtsein ist demnach nicht eine durch seinen Gegenstand spezialisierte Art von Bewußtsein, sondern alles Bewußtsein impliziert das Selbstbewußtsein dessen, der sich einer Vorstellung oder eines Gegenstandes bewußt ist. Nach der Anthropologie ist das Ich des Selbstbewußtseins eine Person, die sich bei allen Veränderungen, die ihr zustoßen, ihrer selbst als derselben Person bewußt sein kann. Darin besteht eine Abhängigkeit des Kantischen Personbegriffs von Locke. Der zweite Teil handelt von der Apperzeption als einer Bedingung des Denkens, dem logischen Ich, das allem Denken als Vorstellen im Begriff und allem Urteilen zugrundeliegt und insofern zur Logik gehört. Dieses Selbstbewußtsein, das bei Kant als analytische und synthetische Einheit der Apperzeption auftritt, ist als objektive synthetische Einheit der Apperzeption zugleich die logische Form aller Urteile und Prinzip aller Kategorien. Der dritte Teil handelt von dem Paralogismus der Personalität, in dem aus dem formalen Bewußtsein der numerischen Identität seiner selbst auf die reale numerische

Identität des Subjekts fälschlich geschlossen wird. Die theoretische Unbeweisbarkeit der Personalität der Seele hat aber nicht zur Folge, daß das Subjekt im praktischen und moralischen Gebrauch seiner Freiheit nicht als Person gedacht werden dürfte. Die Zusammengehörigkeit von moralischer und logisch/psychologischer Persönlichkeit wird erklärt, und die für die Zurechnungsfähigkeit vorausgesetzte Freiheit macht das Subjekt dieser Zurechnung zur moralischen Persönlichkeit. Diese Persönlichkeit im ethischen Sinne erhebt den Menschen über sich selbst als einen Teil der Sinnenwelt, und nur ihr kommt die positive Freiheit oder Autonomie der Person zu.

Resumo

Na primeira parte, é inicialmente provada a presença do „eu lógico“ já na filosofia pré-crítica de Kant. Na fase da filosofia crítica, o „eu“ é expressão da autoconsciência intelectual de um ente, dotado de entendimento, que designa aquele que é consciente de suas representações e pensamentos. De acordo com isso, a autoconsciência não é uma espécie de consciência especificada por seu objeto, mas toda a consciência envolve a autoconsciência daquele é consciente de uma representação ou de um objeto. Segundo a *Antropologia*, o eu da autoconsciência é uma pessoa que, em todas as mudanças que lhe advêm, pode ser consciente de si própria como a mesma pessoa. Essa concepção traz implícita uma dependência de Locke do conceito kantiano de pessoa. A segunda parte trata da apercepção como uma condição do pensamento, do eu lógico que se encontra a fundamento de todo o pensar como ação de representar no conceito e em todo o julgar, e nesta medida pertence à Lógica. Esta autoconsciência, que em Kant se apresenta como unidade analítica e sintética da apercepção, é, enquanto unidade sintética objetiva da apercepção, ao mesmo tempo a forma lógica de todos os juízos e princípio de todas as categorias. A terceira parte trata do paralogismo da personalidade, em que, da consciência formal da identidade numérica de si mesmo, é falsamente deduzida a identidade numérica real do sujeito. Mas a impossibilidade da prova teórica da

personalidade da alma não tem como consequência que o sujeito no uso prático e moral de sua liberdade não pudesse ser pensado como pessoa. É explicado o correlacionamento de personalidade moral e personalidade lógico/psicológica, e a liberdade pressuposta para a imputabilidade torna o sujeito desta imputação uma personalidade moral. Esta personalidade no sentido ético eleva o homem sobre si mesmo como uma parte do mundo sensível, e só a ele convém a liberdade positiva ou autonomia da pessoa.¹

Abstract

In the first part, it is initially shown that the "logical I" is already present in Kant's precritical philosophy. In the critical philosophy period, the "I" is an expression of the intellectual selfconsciousness of a being endowed with understanding, meaning one that is conscious of its representations and thoughts. Accordingly, selfconsciousness is not a kind of consciousness specified by its object, insofar as all consciousness implies the selfconsciousness of that which is conscious of a representation or an object. According to the *Anthropology*, the I of selfconsciousness is a person that, in all her supervening changes, can be conscious of herself as the selfsame person. This conception entails Kant's dependence upon Locke in the former's concept of person. The second part of the article deals with apperception as a condition of thought, the logical I that grounds every thought as the action of representing in the concept and in every judgment, and that to this extent belongs to Logic. This selfconsciousness, which is presented by Kant as the analytical and synthetical unity of apperception, is qua objective synthetical unity of apperception, at once, the logical form of all judgments and the principle of all categories. The third part deals with the paralogism of personality, whereby the real numerical identity of the subject is falsely deduced from the formal consciousness of the numerical identity of itself. However,

from the impossibility of the theoretical proof of the personality of the soul it does not follow that the subject in the practical, moral use of her/his freedom cannot be thought as a person. It is thus shown that moral personality and logical/psychological personality belong together, and that the freedom presupposed for imputability renders the subject of this imputation a moral personality. This personality in the ethical sense raises human beings above themselves as a part of the sensible world, and only to them is due positive freedom or the autonomy of the person.²

² Resumo traduzido ao inglês por Nythamar de Oliveira.

Disinterestedness and objectivity: Nietzsche on Schopenhauer and Kant¹

Christopher Janaway

Birkbeck College, University of London

I

In some well-known remarks in the Third Essay of his *On the Genealogy of Morality* (GM) Nietzsche links the names of Kant and Schopenhauer, and attacks both for their view of aesthetic experience, chiefly for their reliance on the central concept of disinterestedness. He is not the only thinker to bracket the aesthetic thought of Kant and Schopenhauer closely together. Today commentators on Schopenhauer's aesthetics have been known to complain that he never properly acknowledges how much he has taken from Kant, and aestheticians sometimes characterize Kant's aesthetic theory, inadvertently perhaps, as if it were a version of Schopenhauer's. One lesson I hope to deliver here is that the aesthetic theories of Schopenhauer and Kant are significantly different from one another. A corollary lesson is that Kant's theory is greatly preferable. Whether it survives all of Nietzsche's objections to it, however, is another question.

II

Let us next simply put on the table some extracts from Nietzsche's discussion in GM that will provide us with our basic material.

¹ This paper brings together ideas that I have presented in a number of earlier publications. See Janaway 1993; Janaway 1996; Janaway 1997; Janaway 1998.